

DA FAMÍLIA PARA A ESCOLA: AS POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO INTEGRALIZADA: UMA ANÁLISE DA PARCERIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Joeme Silva Santos*

RESUMO

Quando se fala em formação e educação do ser humano, habitualmente duas palavras vêm à mente: família e escola. Isso é localizado historicamente, pois nem sempre aconteceu assim. Houve épocas em que a responsabilidade por essa formação alternava em ênfase entre as duas e mesmo épocas em que uma era tida como bastante distinta da outra. No momento atual a parceria entre as duas tem sido a tônica dos discursos em prol de uma educação com vistas à autonomização do ser humano. Para se entender o papel de cada uma, busca-se aqui uma explicação etimológica do que seja família e escola reforçando a importância de ambas para a formação integral do ser humano e principalmente a importância da parceria entre ambas para o sucesso da aprendizagem observando as peculiaridades da educação no campo.

Palavras-Chave: Família, Escola, Aprendizagem, Parceira, Educação no campo.

RESUMEN

Quando se dice en la formación y la educación del humano, habitual dos palabras vienen a la mente: familia y escuela. Esto se localiza históricamente, sucedió por lo tanto ni siempre así. Tenía épocas donde la responsabilidad de esta formación se alternó en énfasis entre los dos y las mismas veces donde una edad tenía como suficientemente distinto de la otra. En el momento actual la sociedad entre los dos ha sido el tónico de los discursos a favor de una educación con vistas al autonomización del humano. Para entender el papel cada uno, un etimológica de los searchs de la explicación aquí de cuál ella es familia y escuela que consolida la importancia de ambos para la formación integral del del ser humano y principalmente la importancia de la sociedad inscribe ambos para el éxito de aprender observando las particularidades de la educación en el campo.

Palabra-Llave: Familia, escuela, aprendiendo, socio, educación en el campo.

ABSTRACT

When it is said in formation and education of the human being, habitually two words come to the mind: family and school. This is located historically, therefore nor always it happened thus. Houve épocas em que a responsabilidade por essa formação alternava em ênfase entre as duas e mesmo épocas em que uma era tida como bastante distinta da outra. At the current moment the partnership between the two has been the tonic of the speeches in favor of an education with sights to the autonomização of the human being. To understand the paper of each one, an explanation searchs etimológica here of what she is family and school strengthening the importance of both for the integral formation of the human being and mainly the importance of the partnership enters both for the success of the learning mainly observndo the peculiarities of the education in the field.

Word-Key: Family, School, Learning, Partner, Education in the field.

*Joeme Santos Silva é graduada em Pedagogia, Pós graduada em Pedagogia Histórico-Crítica para Escolas do Campo, Mestre em Educação , Professora da rede municipal de ensino em Gandu e Ibirapitanga-Bahia.

INTRODUÇÃO

Entende-se por família o conjunto, ou grupo de pessoas que possuem grau de parentesco, laço consanguíneo, entre si e vivem na mesma casa formando um lar. A disposição para laço consanguíneo modifica em casos de adoção que dispõe um laço afetivo, moral e legal entre os partícipes. Assim, uma família tradicional é aquela normalmente formada pelo pai e mãe, unidos por matrimônio ou união de fato, e por um ou mais filhos, compondo uma família nuclear ou elementar.

Sendo o primeiro local de contato do indivíduo como o mundo, é assim a instituição responsável por propiciar a educação dos filhos e moldar ar o comportamento desses na sociedade. Seu papel de promotora e formadora de valores são a base daquilo que o indivíduo se tornará socialmente, psicologicamente e moralmente falando, e também como reprodutor das tradições e os costumes, ou seja, da história dessa mesma família.

A primeira função da família que é de criar e proteger o indivíduo pressupõe que o ambiente familiar é o local onde deve existir harmonia, afetos, proteção e todo o tipo de apoio necessário na resolução de conflitos ou problemas de algum dos membros. As relações de confiança, segurança, conforto e bem-estar proporcionam a unidade familiar. O conceito de família varia na visão das ciências, na Biologia por exemplo é uma categoria da classificação sistemática que fica entre o gênero e a ordem. Socialmente, além de a tradicional estrutura familiar denominada nuclear ou elementar, as transformações sociais e culturais, proporcionaram a existências de diferentes estruturas familiares que são comuns atualmente a exemplo as famílias homossexuais.

Entre os familiares, é possível identificar dois graus de proximidade: a família nuclear e família extensa. A família nuclear normalmente é composta pelos pais e irmãos, enquanto a família extensa é composta por avós, tios, primos, etc No entanto, este conceito é flexível, já que muitas vezes os avós (ou outros parentes) podem morar na mesma casa e por isso são considerados como família nuclear. Em outros casos, um ou os dois pais podem não estar presentes por algum motivo, não fazendo parte da família nuclear.

Seja qual for a acepção e ou crença a família representa o primeiro espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, local para o exercício da cidadania, possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando. Sua dinâmica é própria. Ela é um dos principais contextos de socialização dos indivíduos e, portanto, possui um papel fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano, que por sua vez é um processo em constante transformação, sendo multideterminado por fatores do próprio indivíduo e por aspectos mais amplos do contexto social no qual estão inseridos (Dessen & Braz, 2005).

FAMÍLIA ENQUANTO SISTEMA COGNITIVO.

Do ponto de vista do processo, o sistema familiar é um sistema cognitivo. (ANDRADE,2012). Por sistema cognitivo compreende-se um padrão específico de relações que resulta na autoconsciência, que na família podemos chamar consciência de clã ou ainda co-inconsciente familiar.

Na teoria Piagetiana o desenvolvimento das estruturas cognitivas é assegurado somente quando a criança assimila e acomoda os estímulos do ambiente. Isto só pode acontecer quando os sentidos da criança entram em contato com o meio ambiente. Para este teórico, quando a criança está agindo no meio, movimentando-se no espaço, manipulando objetos, observando com os olhos e ouvidos ou pensando, ela está obtendo dados brutos para serem assimilados e acomodados. Estas ações resultam no desenvolvimento de esquemas.

Para Piaget (1975) todo conhecimento é uma construção resultante das ações da criança de acordo com ele há três tipos de conhecimento, o conhecimento físico das propriedades físicas de objetos e eventos como tamanho, forma, textura peso e outras no qual a criança adquire conhecimento físico sobre o objeto agindo sobre ele com seus sentidos. O conhecimento lógico matemático construído a partir do pensar sobre as experiências com os objetos e o conhecimento social que é construído pela criança a partir de suas interações com outras pessoas. Os esquemas e as estruturas da inteligência estão em constante movimento uma vez que a criança agindo espontaneamente sobre o seu meio, assimila e acomoda a um crescente arranjo de estímulos presentes.

Assim, junto ao desenvolvimento cognitivo está o afetivo, incluindo sentimentos, interesses, desejos, tendências, valores e emoções em geral. O aspecto afetivo tem uma profunda influência sobre o desenvolvimento intelectual podendo acelerar ou diminuir o ritmo de desenvolvimento. O aspecto afetivo se desenvolve no mesmo sentido que a cognição ou a inteligência percebe-se, por exemplo, que os aspectos morais das crianças, uns aspectos da vida afetiva são construídos do mesmo modo como os conceitos cognitivos.

Paralelo ao desenvolvimento dos aspectos cognitivos se há um desenvolvimento da afetividade. As crianças assimilam as experiências aos esquemas afetivos do mesmo modo que simulam as experiências das estruturas cognitivas. O resultado é o conhecimento. Assim, o afetivo é responsável pela dinamização da atividade mental e pela seleção dos objetos ou eventos sobre os quais quer agir.

O desenvolvimento mental é um aspecto que começa no dia em que a criança nasce. Os comportamentos sensório-motores, já desde o nascimento são os aspectos mais primitivos do desenvolvimento intelectual. Assim percebe-se que as estruturas de inteligência e sentimentos começam a se desenvolver logo na infância. E quem está perto

acompanhando? A família.

O bebê ao nascer apresenta apenas comportamentos reflexivos simples, dois anos após está praticamente começando a falar já apresenta operações intelectuais. No nascimento e no primeiro mês de vida o afeto é visto apenas como uma atividade reflexa indiferenciada. Porém os sentimentos afetivos emergem no decorrer do desenvolvimento sensório-motor já podendo observá-los desempenhando um papel na seleção das ações infantis. As crianças parecem viver em uma cultura à parte da dos adultos.

É uma cultura dentro da outra, sendo que uma interfere na outra. Adulto e criança estão em contato com a cultura do outro e participam dela também. Dessa forma, aos poucos a criança aprende a fazer parte da cultura do adulto e sem perceber passa a compartilhar com a cultura dele. Isso acontece porque, de acordo com (HANSEN,2007), a criança é um ser biologicamente cultural, ou seja, possui uma tendência inata para a cultura e é por meio dela que se constitui enquanto ser humano.

Entende-se que a criança já traz um mundo para a escola, ela é um pequeno mundo com informações e que ao interagir com outros mundos diferentes ou similares vai se produzindo. Portanto, muito embora o ser humano, ao nascer, seja extremamente dependente de seus pais, ele já nasce com algumas capacidades, como a de inibir estímulos desagradáveis, tolerar frustrações. Assim, ele vai atuando no ambiente e reivindicando a satisfação de suas necessidades, de acordo com temperamento e ritmo próprios.

As primeiras trocas afetivas mãe/filho, os cuidados básicos oferecidos e as ações e reações entre criança e meio ambiente vão moldando o seu comportamento e essas vivências, quer sejam elas positivas ou negativas, serão posteriormente transferidas ao meio social mais amplo, permitindo ou não a sua adaptação.

Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. Os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais, de ações e resoluções de problemas com significados universais (cuidados com a infância) e particulares (percepção da escola para uma determinada família).

De acordo com Ackerman (1974), "família é a unidade básica de desenvolvimento e experiência, realização e fracasso, saúde e enfermidade". Assim todo o repertório de sucesso ou infelicidade que o indivíduo traz está situado na sua origem familiar. É o lugar onde o indivíduo precisa da estabilidade que lhe garanta o treinamento seguro para a vida e as crianças possam aprender os pressupostos de humanidade e de afetividade a formar

sua personalidade e, a desenvolver sua auto-imagem e a relacionar-se com a sociedade mais ampla e criativamente.

Essas vivências integram a experiência coletiva e individual que organiza, interfere e a torna uma unidade dinâmica, estruturando as formas de subjetivação e interação social. É por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola, constituem fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa. CAMPOS & FRANCISCHINI, 2003).

Essas conceituações refletem a grande importância que a família adquiriu neste século, como a primeira célula social da qual fazemos parte e que será responsável pela formação individual e social. Pode-se considerar a família como um sistema bastante complexo, e segundo Ackerman (1974) exerce influência em sete áreas básicas: Econômica, Doméstica, Recreação, Socialização, Auto-identidade, Afeição, Educacional/Vocacional. Ou seja, em nenhum aspecto o ser humano pode fugir da necessidade e influência da família em sua formação.

ESCOLA: DO CONCEITO À HISTÓRIA

A escola é uma instituição concebida para o ensino de alunos sob a direção de professores. A maioria dos países têm sistemas formais de educação, que geralmente são obrigatórios. Nestes sistemas, os estudantes progredem através de uma série de níveis escolares e sucessivos. Os nomes para esses níveis nas escolas variam por país, mas geralmente incluem o ensino fundamental (ensino básico) para crianças e o ensino médio (ensino secundário) para os adolescentes que concluíram o fundamental.

Na Antiguidade, a criança recebia aulas de um pedagogo em sua residência. Sendo assim, entrava em contato com a educação em seu sentido mais amplo, voltada para o ensinamento de valores e condutas sociais básicas. Essa mesma criança frequentava a escola para aprender habilidades instrumentais básicas, a saber: ler, escrever e calcular. Portanto, o ensino foi dividido em educação e instrução.

A escola surgiu nas civilizações da Mesopotâmia e do Egito e desde a sua origem ela foi um estabelecimento restrito as elites. Esse quadro sofreu alterações no século XVIII com o Iluminismo, movimento que revolucionou a história com alguns pressupostos entre eles a defesa do ideal de escolarização para todos. Com o iluminismo a escola passou a exercer mais a função de instrução do que educação e no decorrer do século XIX e XX, o ensino já passava a ser obrigatório na maioria dos países. Dessa forma, a escola passou a receber mais estudantes, todavia, ela, de um modo geral, não estava preparada para essas mudanças.

A escola que sempre foi uma instituição elitista não poderia transformar-se rapidamente e sem a devida preparação numa escola acessível às grandes demandas de população e tampouco seria democrática. Assim, desde a sua origem, a escola em seu ideal de encontro, partilha de conhecimento e de igualdade foi lugar de problemas que a acompanham desde sempre, tais como: evasão escolar, dificuldades de aprendizagem e outros problemas relacionados à expansão do ensino.

No decorrer do seu processo histórico a escola passou a acumular várias funções sociais. Além de transmitir conhecimento, atribui a ela a responsabilidade de socialização e de submeter os indivíduos a ritos de passagem, como por exemplo, o vestibular, mas principalmente o papel de educadora e transmissora de valores e formação inicial papel antes atribuído à família.

Esse processo foi paulatino e paralelo ao desenvolvimento do Capitalismo, a expansão do neoliberalismo que acelerou o processo de emancipação da mulher no que diz respeito à sua ascensão crescente ao mercado de trabalho. A mulher no mercado representava também a mãe fora de casa, e principalmente nas sociedades ocidentais onde o papel da formação, educação inicial dos filhós é da mãe, esse papel foi instantaneamente transferido para a escola que além da instrução, passou a ser responsável pela formação integral do indivíduo, desde seus primeiros anos.

A escola atualmente sofre com mazelas sociais graves que repercutem diretamente no seu centro: a evasão escolar, indisciplina dos estudantes, tráfico de drogas, bullying, violência generalizada, má remuneração dos professores, formação insuficiente ou inadequada desses, sucateamento das escolas, etc., São tantos problemas que o quadro por vezes parece irreversível. A função social da escola está sempre colocada em pauta pelos teóricos e isso, no entanto não responde nem resolve essas mazelas visto que a família continua se desarticulando em seu papel de formadora inicial e responsabilizando a escola por um papel que é seu.

Por entender que o homem é um ser social, cognitivo, afetivo e moral por excelência, a escola busca se inter-relacionar com os alunos, vendo-os em suas múltiplas dimensões bem como os respeitando em suas individualidades. Na escola o conhecimento é entendido como o processar de informações que se renovam e são construídas, visando à busca de soluções para os problemas do cotidiano num processo que se integre senso comum e conhecimento científico e se viabilize a prática deste. Além disso ele deve ser encarado como elemento indispensável no processo de formação do sujeito, contribuindo para a ampliação do saber, sua competência técnica e inserção no mundo, como cidadão consciente da realidade em que está inserido.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, no artigo 22º: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando assegurando-lhe a formação

comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” Este compromisso coloca a escola como responsável por propiciar condições para que os alunos desenvolvam suas capacidades cognitivas, afetivas, de inserção e de relações interpessoais, afim de que eles possam compreender e superar a realidade, participando ativamente das relações sociais cada vez mais amplas e diversificadas, como um sujeito de direito. Isso, porém não exime a família de trazer para a escola um indivíduo com uma base de educação articulada e que juntamente a escola seja alicerces de sua formação.

A escola tem a missão de garantir uma efetiva aprendizagem assegurando a permanência dos alunos, para que estes sejam críticos e participativos capazes de agir e transformar a sociedade em que vivem. Ela pretende ser reconhecida como referência de uma instituição educacional que desempenha um excelente trabalho na comunidade realizado com a participação, união e criatividade de toda sua equipe. Porém é na família que o a base para o conhecimento se sedimenta.

Mesmo diante, das transformações tecnológicas, sociais e econômicas favorecem as mudanças na estrutura, organização e padrões familiares e, também, nas expectativas e papéis de seus membros, suas funções básicas continuam as mesmas. E a constituição e a estrutura familiar, por sua vez, afetam diretamente a elaboração do conhecimento e as formas de interação no cotidiano das famílias.

Portanto, ela é a principal responsável por incorporar as transformações sociais e intergeracionais ocorridas ao longo do tempo, com os pais exercendo um papel preponderante na construção da pessoa, de sua personalidade e de sua inserção no mundo social e do trabalho (TÁVORA, 2003). Atualmente mais que nunca é necessário que a família seja parceira nesse processo que é a educação. A escola não pode estar sozinha nessa produção.

De acordo com (Eisenberg & cols., 1999) o apoio parental, em nível cognitivo, emocional e social, permite à criança desenvolver repertórios saudáveis para enfrentar as situações cotidianas como por exemplo as de ajuste e socialização encontradas na escola. Já para (Booth, Rubin & Rose-Krasnor, 1998) laços afetivos podem dificultar o desenvolvimento, provocando problemas de ajustamento social pois o estresse parental, a insatisfação familiar e a incongruência nas atitudes dos pais em relação à criança geram problemas de ajustamento e dificuldades de interação social.

Ainda de acordo (Volling & Elins, 1998). As figuras parentais exercem grande influência na construção dos vínculos afetivos, da autoestima, autoconceito e, também, constroem modelos de relações que são transferidos para outros contextos e momentos de interação social. Qualquer que seja a teorização em relação à família é inegável: a sua

interferência na vida do indivíduo é inequívoca. Sendo assim, articular uma parceria saudável e produtiva seria a melhor opção para ambos, família e escola no processo educacional.

Nesse sentido, essa discussão se faz necessária, visto que as comunidades rurais já prejudicadas frente às dificuldades de ordem técnica e material, ainda sofrem com esse distanciamento existente entre família e escola que certamente afetam o processo de escolarização e educação integral do aluno, precisam ser vistas em seus problemas e dificuldades. É preciso que haja um olhar diferenciado para essas relações no campo que suprimidas, acabam marcando definitivamente o futuro da sociedade. Entender porque ocorre esse distanciamento e lançar sementes para uma reflexão apropriada sobre a temática é a intenção dessa pesquisa.

FAMILIA E ESCOLA RELAÇÃO POSSÍVEL E VIÁVEL

O histórico da parceira família/escola é contemporâneo ao surgimento dessa última, mas principalmente evidenciado nos dias atuais, onde ambas em constantes mudanças de paradigmas, necessitam mais do que nunca uma da outra para juntas viabilizarem o processo de ensino e, sobretudo atualmente uma das questões discutidas por pesquisadores e/ou gestores dos sistemas e unidades de ensino em quase todo o mundo. Isso é corroborado pela quantidade expressiva de pesquisas e publicações especializadas sobre o assunto, e, por outro, pela preocupação manifestada nos em todas as esferas da educação nacional e internacional.

De acordo com Perrenoud (1987:7), “de uma maneira ou de outra, onipresente ou discreta, agradável ou ameaçadora, a escola faz parte da vida cotidiana de cada família”. Essa relação que poderia ocorrer de forma harmoniosa acaba causando por vezes embates por conta da responsabilização que uma atribui a outra ao ato de educar. A prática pedagógica dos professores e gestores da escola põe em evidência um fato: a forma e a intensidade das relações entre escolas e famílias variam enormemente, estando relacionadas aos mais diversos fatores (estrutura e tradição de escolarização das famílias, classe social, meio urbano ou rural, número de filhos, ocupação dos pais, etc.).

Considerando que as famílias ultimamente, principalmente nas últimas décadas tem passado por mudanças radicais, essas circunstâncias são observadas na escola, e tem nela por vezes o espaço para o estabelecimento desses conflitos. Frente a isso cada dia mais torna-se necessário o estabelecimento do diálogo entre a escola e a família. Essa questão parece um tanto utópico e os professores e os gestores das unidades escolares vislumbram uma maior participação dos pais na escola, que seria resultado de uma ação formativa da escola em relação à família. Centrados em uma visão escolarizada do problema, eles não põem em dúvida o lugar construído para e pela escola, em relação às demais instituições

sociais, dentre elas a família.

A partir dos anos 80, com o redimensionamento dado à educação a partir do construtivismo, apoiando-se numa abordagem sócio-interacionista e embasada especialmente na teoria do desenvolvimento humano, escrita nos anos 20 e início dos anos 30 pelo soviético e psicólogo Vygotsky, a tendência sócio-interacionista aposta na mediação, na construção conjunta do conhecimento destacando a necessidade de desenvolver a autonomia, a reflexão e a criticidade, priorizando a transformação social. Essa teoria ao valorizar o afetivo para o desenvolvimento do cognitivo chama a atenção para o papel primordial da construção familiar para o desenvolvimento da criança e posteriormente para o equilíbrio do adulto.

Na visão interacionista a chave para a construção do conhecimento é a interação social. O acesso ao saber deve ser garantido a todos, favorecendo as dificuldades que possibilita a troca, uma vez que o ser humano é um ser social, constituindo-se como sujeito por intermédio da linguagem. Ele faz parte do processo sócio-histórico e é visto como alguém que interage com o meio para a construção do conhecimento que, ocorre na ação recíproca e interativa.

Dessa forma o conhecimento de aprendizagem ganha novo significado: ele passa a ser construído em estreita relação com os contextos em que são utilizados, sendo impossível separar os aspectos cognitivos, emocionais e sociais que estão presentes no processo. A cada dia o papel da educação como elemento essencial ao desenvolvimento das pessoas e da sociedade é bastante discutido, em função de sua capacidade de oferecer uma prática sistematizada de forma que, atinja o educando durante sua existência.

Somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em que aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, o que não se faz sem abertura ao risco e a aventura do espírito. (FREIRE, 1997, p. 77)

Neste sentido é papel da escola promover atividades diversas, favorecendo a troca de experiências e o acesso ao saber científico de forma significativa e contribuindo desta maneira com o pleno desenvolvimento do educando. Como importante mediador neste processo, surge a figura do professor que, vivencia um momento especial de reflexão sobre sua prática, na perspectiva de poder atuar com posturas questionadoras, problematizadoras, capazes de ir além do cotidiano. Assim, ele deverá basear sua ação pedagógica nos princípios da ética democrática, dignidade humana, justiça, respeito mútuo, diálogo e solidariedade, atuando como profissional e como cidadão.

Não se trata, então nem de o professor transmitir conhecimentos para os alunos nem apenas mobilizá-los a atender as suas necessidades imediatas, ou seja, esse processo nem é passivo para o aluno nem para o professor, todos atuam ou devem atuar conjuntamente

ante o objeto do conhecimento. Em síntese, no processo de ensino/aprendizagem há uma relação de interação entre o sujeito (aluno em atividade) e os objetos de conhecimento (saber elaborado), direcionado pelo professor que conduz a atividade.

Em decorrência dessa opção, procura oportunizar a professores e alunos experiências significativas, adotando metodologia focada na mediação, com trabalhos em grupos cooperativos em diversos contextos, especialmente no que tange à Pedagogia de projetos, possibilitando a criação de laços temáticos entre disciplinas que permitirão a professores e educandos vivenciarem experiências totalizadoras não só quanto à construção do conhecimento como à experiência de vivência grupal. Aulas reflexivas com utilização de recursos audiovisuais e procedimentos adequados e pertinentes a uma educação transformadora que priorize as relações afetivas e sociais com o objeto do conhecimento.

Ao assumir este compromisso, torna-se necessário investir-se num processo de formação do ser como todo, em todos os âmbitos da escola, nas seguintes dimensões proposta por Delors (2012):

Aprender a conhecer – capacidade de construir coletivamente seus conhecimentos sobre o mundo.

Aprender a fazer – desenvolvimento de competências que lhe permita enfrentar as diversas situações que o mundo apresenta.

Aprender a conviver- compreensão da importância da vida em grupo, compreensão de si e do outro como dimensão imprescindível da vida em sociedade.

Aprender a ser - possibilidade de descobrir por si próprio a sua capacidade de afirmar-se no mundo como ser consciente, autônomo e único, em seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos e espirituais a partir da convivência em grupo.

Para Vygotsky (1978), a vivência em sociedade é essencial para a transformação do homem biológico em ser humano”. É pela aprendizagem nas relações com os outros que construímos os conhecimentos que permitem nosso desenvolvimento mental. Vemos assim que a família e os demais grupos sociais são co-autores da construção do indivíduo. É através das experiências adquiridas, do exercício da autonomia e da crítica consciente que nos tornamos cada vez mais capazes de agir, de formar, transformar e ser autor no nosso meio. Portanto, nenhum conhecimento é construído pela pessoa sozinha, mas sim em parceria com as outras, que são os mediadores.

Uma das principais contribuições de Vygotsky(1978) foi ter rejeitado a ideia de que os processos mentais amadurecem natural e progressivamente.

Ele propôs um enfoque baseado na visão Marxista de que as mudanças históricas na sociedade e na vida material produzem também mudanças na natureza humana – na consciência e no comportamento. Também sugeriu que para entender a mente humana,é

necessário entender a sua origem em termos culturais e sociais. Vygotsky (1978) fez uso dos padrões do desenvolvimento da mente humana como um meio para entender o comportamento humano.

Ao desenvolver a sua teoria dos processos psicológicos superiores (pensamento, linguagem e comportamento volitivo), Vygotsky rejeitou teorias que procuravam entender a mente humana através da experimentação e reflexologia. Ele afirmou que se alguém pretende entender a mente humana – a consciência – o entendimento precisa ser buscado fora dela e não dentro dela.

Para Vygotsky, a consciência individual não está na cabeça do indivíduo, mas nas interações com o ambiente. Assim, enfatizou a importância dos aspectos sociais e culturais da mente humana refletida na atividade humana. A mente humana, para ele, é expressa pelas ferramentas culturais – signos e palavras – que causam mudanças na atividade, e conseqüentemente na percepção interna da mente. Em Vygotsky, as funções mentais superiores modificam conforme ocorrem as interações sociais e culturais do indivíduo com o ambiente por meio de ferramentas. Esta interação pode ser entendida através da atividade realizada pelo indivíduo com um objetivo determinado.

Partindo deste pressuposto entende-se que a educação escolar é um meio que proporciona a interação do indivíduo com seus semelhantes, visando o desenvolvimento moral, intelectual e seu aprimoramento para atuar no mundo, proporcionando oportunidades desafiadoras que servirão de estímulo físico intelectual, produtivo, crítico e reflexivo, contribuindo de forma digna e responsável para a construção da cidadania. Mas a escola não pode e nem deve atuar sozinha.

Ela precisa da família enquanto base, sustentáculo e parceira para o projeto ser humano. Os pais, os professores, os familiares da criança, o âmbito social que o envolve, os meios de comunicação e, na verdade, tudo aquilo que rodeia a criança e pode exercer sobre ela uma influência. Deve-se pensar sobre educação desde que a criança nasce. É preciso seletividade e escolher para educar, aquilo que realmente é verdadeiro para nós; escolher porque o consideramos bom e bem fundamentado, vislumbrando o futuro que cada ensinamento daqueles encerra.

Construindo no comportamento infantil, buscando a autonomia da criança e valorizando a afetividade que envolve o processo do aprender. Talvez em nenhuma outra época da história a preocupação com a formação e com a criança e com relação dentre família e escola tenha sido tão grande. Pena que isso acontece à custa do caos que se instalou nas relações.

Os pais são os primeiros agentes socializadores e os educadores mais importantes para seus filhos, apesar dessa assertiva, não assumem a maior parte da responsabilidade sobre eles. Ao mesmo tempo em que se incentivam as crianças à autonomia, à livre

expressão e à comunicação, no cotidiano elas não podem fazer escolhas, manifestar seus sentimentos e expor suas ideias e desejos. Igualmente, as crianças devem ser educadas para a liberdade e para a democracia, todavia em prol do controle e da disciplina, os limites são impostos de forma inflexível.

Ainda em (Faria Filho, 2000) nas primeiras décadas do século XX, o afastamento da família da escola, se deve em boa parte a instituição da escolarização Postados no interior de um campo que ganhava cada vez mais especificidade e legitimidade, os professores e outros agentes da educação passam a reclamar do desinteresse dos pais, principalmente das camadas populares, para com a educação dos filhos.

A partir de diagnósticos os mais variados, baseados na premissa de que, embora seja fundamental a participação das famílias na educação dos filhos, estas demonstravam, naquele momento, um profundo desinteresse e despreparo para lidar com o assunto, buscava-se projetar e desenvolver ações que visavam reaproximar a família da escola. No seu conjunto, em suas mais diversas elaborações, estas ações mostram uma intenção colonizadora da escola em relação à família, entendida esta tarefa como um momento fundamental da ação reformista da escola em face da realidade social mais ampla.

Tanto a família quanto a escola são ambientes de desenvolvimento e aprendizagem humana que podem funcionar como propulsores ou inibidores dele. Por isso estudar as relações em cada contexto e entre eles constitui fonte importante de informação, na medida que permite identificar aspectos ou condições que geram conflitos e ruídos nas comunicações e, conseqüentemente, nos padrões de colaboração entre eles. Nesse sentido, é importante observar como a escola e, especificamente, os professores empregam as experiências que os alunos têm em casa. Assim, é muito importante que a escola conheça e saiba como utilizar as experiências de casa para gerir as competências imprescindíveis a escolarização.

O CASO DAS MULTISSERIADAS

De acordo com Bragança (2010) A Lei de Diretrizes e Bases Nacional, de 1996, estabelece que ao ofertar a educação básica para a população rural, os sistemas promovam as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região. Ocorre, que, de parte dos governos houve pouco investimento e em conseqüência, pouco progresso no sentido de estabelecer políticas e práticas efetivas para educação no meio rural brasileiro.

A educação rural, que está sendo desenvolvida, tem ignorado às necessidades dos sujeitos sociais que vivem no campo, ao negar ou subordinar os aprendizados da experiência, da cultura e do trabalho. Estes sujeitos precisam de oportunidades de educação com qualidade, com currículo que problematize e não negligencie sua realidade e

o seu trabalho e com educadores preparados para a realidade que se apresenta.

Na zona rural o impacto sofrido com as mudanças no mundo e na educação chega de forma mais lenta e por vezes de maneira mais peculiar, pelas próprias especificidades das famílias em relação ao meio, ao ambiente, à formação, ao contato com o mundo. Se por um lado a residência em zonas afastadas dos centros e sem os estímulos visuais, como internet por exemplo, acusados de estarem afastando as famílias, propicia uma maior proximidade e interação familiar, por outro distancia o acesso ao conhecimento no mesmo nível que os dos centros urbanos e a própria falta de formação dos pais são também motivo de dificuldade na participação e acompanhamento dos filhos na escola.

Nesse sentido, surge inquietação nascida a partir da prática e observação enquanto professora da zona rural, buscando detectar os reais motivos que interferem o distanciamento e a falta de participação da família da zona rural no convívio com a escola. Se nos grandes centros há uma transferência de responsabilidades, por falta de tempo, por inversão dos papéis, pela feminização do trabalho que põe muitas mães distantes dos lares na maior parte do tempo, pelo abandono das famílias por parte dos homens, na zona rural onde esses acontecimentos não ocorrem na mesma proporção, as dificuldades em conseguir o empenho e participação da família na escola tem sido fato recorrente e constante. Quais seriam os fatores desse distanciamento? Formação dos pais? Auto estima? As classes multisseriadas? A formação e capacitação do professor? Como trazer esses pais para a escola, no sentido de valorizar o ensino rural e participar da vida escolar dos filhos?

Assim, uma pequena incursão na história das classes multisseriadas é necessária. Esse tipo de classe nasceu no contexto da educação do campo como uma solução para levar educação formal aos setores rurais onde, na maioria das vezes, não há número de crianças suficientes para formação de uma turma seriada. Sua implementação não é atual, aliás, acontece desde a época dos jesuítas quando, por vezes, as escolas eram formadas pelos filhos de fazendeiros e empregados de diversas e diferentes idades, porém sendo abolida com a expulsão dos jesuítas em 1759, sendo retomado o modelo posteriormente (NEMI, 2009, p. 10).

Atualmente e de acordo com os padrões do sistema educacional estabelecidos pelo MEC, é obrigatório haver uma quantidade significativa de alunos para que se torne possível regulamentar a matrícula de todos perante Lei. Assim, classe multisseriada é uma organização no ensino nas escolas rurais para agregar educando de duas ou mais séries/anos em uma mesma sala, com apenas um professor, historicamente as classes multisseriadas tornaram-se uma estratégia para solucionar o acesso à escolarização de um número reduzido de crianças e jovens presentes no campo.

A própria nomenclatura induz a um pensamento preconceituoso, pois subentende-se

que ao agrupar alunos de diversas idades e com etapas e desenvolvimentos físicos e mentais diferentes de ensino se torna complexo e difícil tanto para professor quanto para o aluno, o processo de ensino aprendizagem, reduzindo assim as potencialidades de uma educação com qualidade e estereotipando ainda mais a educação no campo. A escola do campo, onde persiste a classe multisseriada, sempre foi sustentada por políticas compensatórias garantindo, quando muito uma manutenção mínima de incentivos e recursos.

O sistema educacional sustentou, muitas vezes, uma escola sem paredes e sem tetos, ocupando as residências dos educadores, os salões paroquiais, os centros comunitários. Sabe-se que o modelo que tem predominado na história brasileira é constituído, quase que em uma totalidade em classes multisseriadas, considerando ainda que a educação do campo sempre esteve em segundo plano, limitando-se ao ensino das primeiras letras.

O Censo escolar 2006 apontou a existência de cerca de 50 mil estabelecimentos de ensino nas áreas rurais com uma organização exclusivamente multisseriada, com matrícula superior a um milhão e estudantes, configurando uma urgente necessidade de apoio técnico e financeiro por parte da união e estado. A precariedade da educação oferecida às populações do campo se apresenta de forma mais visível nas escolas multisseriadas uma vez que estas se constituem nas escolas do campo.

Os problemas sofridos pelo ensino no campo vão reproduzir a desfasagem no processo de ensino aprendizagem e por consequência aumentar o distanciamento e o preconceito social e intelectual referente a essa modalidade. Assim organização necessária requer dos poderes públicos acreditarem e apostarem em uma Educação do Campo favorável no desenvolver as competências de uma educação integral do aluno, respeitando a sua condição de moradia e modo e estilo de vida, visto que apenas isso o distingue dos demais alunos de sua aprendizagem.

A escola rural precisa ser padronizada, ter professores capacitados, formação continuada e materiais pedagógicos de qualidade, evitando assim a visão distorcida de escola rural como sinônimo de atraso, e das classes multisseriadas, como um faz de conta da educação. Fato esse que vai também descambar na reprovação, deficiência de aprendizagem e mesmo evasão escolar.

Por isso, entende-se que o falar da multisseriação implica em preconceito por se tratar de uma modalidade estabelecida às zonas rurais e esse é o fator que gera o preconceito social. Isso gera o afastamento também de inúmeros profissionais que, frente a tantas dificuldades, se recusam a trabalhar em escolas do campo e quando o fazem obrigados pela rede de ensino, não realizam um bom trabalho, pois aliados a todas as dificuldades descritas, vem o preconceito de ser professor da zona rural (considerado quase

sempre o menos capacitado), pois se está na zona rural, é porque não é bom professor o suficiente para estar “na rua” ou “na sede”. Então fica lá que ninguém vê.

Essa situação ratifica também a questão da identidade e da baixa autoestima do homem do campo que acaba acreditando que os melhores não estarão lá, por que eles não merecem o melhor. Segundo Comilo,

[...] Muitas vezes o camponês recusa-se a assumir sua identidade, pois, ao longo de sua história, foi considerado como “rude” e inferior. O próprio campo é visto como um espaço inferior à cidade. A consciência de classe passa pela consciência de identidade, que, no caso aqui discutido, é a da cultura camponesa [...]. (COMILO, 2008, p. 21).

As dificuldades na construção da identidade do homem do campo e a forma, por vezes, preconceituosa como ele faz a leitura de sua própria vivência e construções pessoais e sociais, são assim ratificadas pelo descaso com que as políticas públicas direcionam a educação no campo. Perpassa para esse homem a noção de urbanidade como símbolo de desenvolvimento e campesinato como símbolo de atraso, isso se considera não somente as questões práticas e as condições objetivas, mas subjetivaram as relações do homem do campo consigo mesmo e com seu ideário e valoração pessoal.

Por entender que o conhecimento é construído a partir da internalização dos conceitos aprendidos culturalmente por intermédio da interação com o outro, entende-se que o aluno da zona rural assim como a sua família precisa resgatar esse sentido de auto valoração, redescobrando seu potencial e valorizando seu ambiente. Para tanto a escola rural, o professor rural e a família rural devem trabalhar conjuntamente para criar situações de aprendizagem em que as crianças percebam a riqueza de suas experiências e, que entendam que estudar na zona rural é algo especial, único e que sua situação não é de isolamento, mas que estão inseridas num contexto também problemático que é a educação no Brasil.

É preciso que sejam levantados tanto para pais quanto para os alunos os aspectos positivos desse tipo de vida e de escola, diferente sim, mas nem pior nem melhor que de muitos centros urbanos. À medida que o aluno se desenvolve como ser no meio social onde reside ele passa a interagir consigo, com o outro e com o mundo onde é capaz de intervir no espaço em que vive levando em consideração as diferentes épocas e locais, sendo que o aluno deve perceber as modificações constantes no tempo e espaço identificando suas semelhanças e distinções.

O professor deve trabalhar de acordo com a realidade social do aluno, levando em consideração o espaço onde a criança vive sua cultura local, seus costumes, o tempo vivido e construído, enfatizando os diversos tipos de profissões, moradias, costumes, cultura e economia atuais e antigas relacionando suas semelhanças e diferenças, além de mostrar suas transformações ao longo do tempo e como suas características se fazem presentes

atualmente em meio a tantas mudanças que o mundo globalizado e capitalista acaba influenciando ou interferindo na sociedade direta ou indiretamente. Isso é consciência histórica e não pode nem deve ser vista como um juízo de valor, mas deve ser direcionada no sentido de que o aluno perceba os diferentes momentos, situações, culturas e que nenhuma é melhor ou pior que a outra. Isso é certamente levado para a família e para a comunidade.

Neste sentido, a proposta pedagógica freireana é ainda a que mais se aproxima da realidade vivenciada no campo, pois, requer um educador problematizador. É uma pedagogia do diálogo, da pergunta, do educador politizado, uma vez que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou sua construção”. (FREIRE, 2000, p. 52). Paulo Freire traz elementos provocadores e desafiadores reafirmando a educação do campo como possibilidade para desencadear um processo de construção do conhecimento, respeitando as peculiaridades e o compromisso da transformação social. Educadores comprometidos com esta proposta assumem um compromisso de luta com a comunidade na qual estão inseridos, buscando provocar inclusive grandes debates e movimentos que possam levar às alterações na própria legislação e nas políticas para a educação do campo.

Essas mudanças certamente são as forças que propiciarão uma mudança nos paradigmas e nas realidades que afastam a família campesina do cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade apresentada LDB, ao trazer a educação para o âmbito escolar, despreza as demais realidades, principalmente por que faz parecer que a educação só acontece na escola, com isto não se respeita nem valoriza todas as demais formas de aprendizagem e educação desenvolvidas fora da escola regular. Saviani (2000, p.163), destaca que existem contradições entre o que aborda a LDB em seu Art. 28, que se refere exclusivamente à educação escolar, sem levar em conta a educação fora da escola, como, por exemplo, a educação que é desenvolvida nas realidades campesinas.

Discutir essa visão é certamente um primeiro passo para alterar esse comportamento de distanciamento e exclusão da família campesina. Ainda de acordo a Bragança (2010) ao não se valorizar a educação do campo gera-se um sentimento de autodesvalia como uma marca dos oprimidos. Este sentimento que é extremamente perigoso para sujeitos em situação de vulnerabilidade social, resulta da introjeção que fazem eles da visão que deles têm os opressores (FREIRE, 1987, p.28). Fato é que viver no campo não poderia nem deveria gerar esse sentimento de baixa estima, visto que viver no campo é o que possibilita a sustentação das cidades.

Entende-se aqui enfim que o papel do educador não é de um expectador, ele exige

ação e reação para a superação das contradições encontrados no processo educacional . Cabe ao educador o desafio de cultivar uma postura dialógica e crítica diante do mundo, que os faça (alunos e família) ter compromisso em assumir-se enquanto seres críticos diante de seu mundo .Em relação à educação e ao conhecimento é preciso ter clareza para perceber que devem partir da construção coletiva mediada dialogicamente, que deve articular dialeticamente a experiência da vida prática com a sistematização rigorosa e crítica. O processo de construção do conhecimento implica uma relação dialógica (FREIRE, 1977).Portanto família e escola precisam estar juntas nessa construção.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, N.W. Diagnóstico e Tratamiento de las Relaciones Familiares. Hormé, Buenos Aires, Argentina, 1974.

ANDRADE, Leda de Alencar Araripe. **A família e suas heranças ocultas**. Fortaleza, 2010.

BRAGANÇA. Sabrina Zientarski de. Paulo Freire: **A Educação do Campo precisa de Você**.Disponível em <http://www.partes.com.br/educacao/educacaodocampo.asp>.2010. Acessado em 12/09/2015.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, CoordenaçãoEdições Câmara, 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em: 11 agosto. 2015.

CAMPOS, H. R., & Francischini, R. (2003). **Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano**. Psicologia em Estudo, 8(11), 119-129.

COMILO, Maria Edi da Silva. **A construção coletiva da escola: a Escola Chico Mendes esua História**. In: ANGHINONI, Celso; MARTINS, Fernando José (Org.). **Educação do campo e formação continuada de professores**. Porto Alegre; Campo Mourão: EST Edições; FECILCAM, 2008.

DELORS, Jacques (org.). **Educação um tesouro a descobrir** – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição, 2012.

DESSEN, M. A., & Braz, M. P. **As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança**. In M. A. Dessen & A. L. Costa Junior (Orgs.), **A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras** (pp. 132-151). Porto Alegre: Artmed Editora S.A. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra.1997.

_____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____**Educação e mudança.** 23. ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1979.

_____**Política e Educação.** 4. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

_____**A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, 1982.

LDB: 9394/96-BRASIL. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm consulta dia 12/10/2010.

LAKATOS. Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 3ª. Ed. São Paulo. Atlas,1991.

MARTÍN, Eugenio Garrido (1996) **Psicologia do encontro: J.L. Moreno.** São Paulo: Editora Ágora

NEMI, Ana Lúcia Lana. **Ensino de história e experiências: O tempo vivido:** volume único: livro do professor/ Diego Luiz Escanhuela, João Carlos Martins. São Paulo: FTD, 2009.

PIAGET, Jean. **Biologia e Conhecimento.** 2ª Ed. Vozes : Petrópolis, 1996.

PIAGET, Jean. **A equilibrção das estruturas cognitivas.** Rio de Janeiro : Zahar, 1975.

TÁVORA, M. T. **Evolução e crescimento de pais e filhos: Mudanças necessárias nessa relação.** PSICO 34(1), 23-38.2003.

VOLLING, B. L., & ELINS, J. (1998). **Family relationships and children's emotional adjustment as correlates of maternal and paternal differential treatment: A replication with toddler and preschool siblings.** *Child Development*, 69(6), 1640-1656.

VYGOTSKY, LS (1978). **Interação entre aprendizagem e desenvolvimento** (M. Lopez-Morillas, Trans.). Em M. Cole, V. John-Steiner, S. Scribner, e E. Souberman (Eds.), *Mente na sociedade: O desenvolvimento de processos psicológicos superiores* (pp. 79-91). Cambridge, MA: Harvard University Pressione